

Dinâmica da população intraconcelhia no Interior Centro e Norte de Portugal*

A. Campar de Almeida

Adélia Nunes

Albano Figueiredo

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra

Resumo

Este trabalho pretende mostrar que a população na quase totalidade dos municípios do Interior do país não só tem diminuído, de modo mais ou menos continuado, nas últimas décadas, mas que sofre movimentações intraconcelhias que têm acentuado o abandono rural. Com base na análise de uma amostra representativa das realidades concelhias da região em estudo, verificam-se comportamentos diferenciados consoante a existência neles de sede distrital, de actividades industriais tradicionais ou do domínio do sector primário de actividade. A concentração da população na sede concelhia decresce do primeiro para o terceiro grupo. Exceptua-se Vila Real onde se mantém um maior equilíbrio populacional apesar de ser uma capital distrital.

Palavras-chave: Interior de Portugal. População. Concentração. Rural. Urbano

Résumé

Dynamique de la population intra municipale dans l'Intérieur Centre et Nord du Portugal

Ce travail prétend montrer que la population dans presque la totalité des municipalités de l'Intérieur du Portugal a diminué, de manière plus ou moins continue, aux dernières décennies, mais elle a subi aussi des mouvements dans chaque municipalité qui ont accentué l'abandon rural. Se basant dans l'analyse d'un échantillon représentatif des réalités municipales de la région étudiée, on vérifie des conduites différenciées selon l'existence ou non d'un siège du district, d'activités industrielles traditionnelles ou de la domination du secteur primaire de l'activité économique. La concentration de la population dans le siège municipal baisse depuis le premier jusque le troisième groupe. L'exception c'est Vila Real où un plus grand équilibre se maintient bien qu'il est une capitale de district.

Mots-clés: L'intérieur du Portugal. Population. Concentration. Rural. Urbain

Abstract

Intramunicipal population dynamics in Central and Northern Inland of Portugal

This paper aims to show that the population of almost every inland municipalities from Portugal has decreased regularly during the last decades as has undergone centripetal movements which have enhanced rural abandonment. The analysis of a representative sample of regional municipalities reveals three different clusters based on their social characteristics: 1) existence of a district capital; 2) importance of traditional industries; and 3) dominance of agriculture. The seat population concentration decreases from the first until the third cluster. Vila Real is an exception because of its maintenance of higher population equilibrium despite being a district capital.

Key-words: Inland of Portugal. Population. Concentration. Rural. Urban

* Trabalho apoiado pela FCT, no âmbito do POCTI do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.

Introdução

No decurso do estudo das alterações verificadas nos usos do solo das regiões interiores Centro e Norte de Portugal, em consequência do abandono agrícola a que eles passaram a estar sujeitos, impôs-se a necessidade de analisar a dinâmica da ocupação populacional daquela área, em princípio, a causa primeira para o referido abandono. Escolheram-se alguns concelhos representativos das diferentes realidades da área em estudo, de modo a verificar se o comportamento demográfico foi semelhante ou divergente dentro dessa amostra. Assim, foram escolhidos concelhos com cidades capitais de distrito, concelhos tradicionalmente industriais e concelhos essencialmente agrícolas.

As áreas rurais do interior do nosso país foram as que sofreram maior variação negativa da população nos últimos decénios, depois de terem atingido máximos pelos meados do séc. XX. Esta variação populacional, inserida na denominada "transição demográfica" (FERRÃO, 2005), é o resultado das transformações económicas e sociais por que passou o país principalmente nas décadas de 60 e 70 daquele século. As manifestações mais evidentes foram as migrações, para o litoral e para o estrangeiro (MAGALHÃES, 2003), e a diminuição acentuada da taxa de natalidade, que em muitos municípios foi suplantada pela taxa de mortalidade (FERRÃO, 2005). A última fase de variação demográfica por que passou o país, com manifestações a partir de meados dos anos 90 e que se aproxima do modelo demográfico europeu comum, não teve reflexos no interior rural do país, dada a sua fraca atracção imigratória. Mesmo tendo em conta a melhoria das capacidades produtivas, por aumento significativo do uso de maquinaria na agricultura, o despovoamento foi de tal ordem que inexoravelmente muita da área que até àquele momento era cultivada deixou de o poder ser, tanto por manifesta falta de mão-de-obra como pelos baixos rendimentos obtidos. Numa época em que a competitividade na produção agrícola é cada vez mais agressiva, quer a nível nacional quer, principalmente, internacional, uma parte importante dos terrenos outrora cultivados, deixaram de poder dar resposta a estas maiores exigências, tendo, por isso, sido abandonados.

O objectivo desta nota, como já foi acima referido, é fazer uma análise das modificações espaciais sofridas pela população, ao nível concelhio, nas sub-regiões do interior centro e norte de Portugal, nas últimas décadas.

¹Na Beira Interior, a maioria dos concelhos registou o seu máximo no censo de 1950, enquanto em Trás-os-Montes e Alto Douro se dividiram entre os censos de 1950 e de 1960 (CAVACO *et al.*, 1994).

Enquadramento sub-regional

Numa tentativa de enquadramento e apoiando-nos nos dados existentes à escala da sub-região, verifica-se que depois do referido máximo de ocupação populacional do interior do país por volta da década de 50¹ do século vinte, passou a assistir-se, a partir desse momento, a um esvaziamento sucessivo e mais ou menos generalizado das sub-regiões respectivas.

No interior Norte e Centro as taxas e os ritmos de diminuição da população não foram todos iguais ao longo do período agora analisado, o de 1960 a 2001 (Figura 1). Assim, a Beira Interior Norte e o Alto Trás-os-Montes foram as que viram decrescer mais a sua população (38,5% e 37,1%, respectivamente). A Beira Interior Sul viu diminuir de um terço (33,9%), e as outras sub-regiões também não se afastaram muito dos 30% (entre 27,4 da Serra da Estrela e 29,4% do Douro). Em todas as sub-regiões foi a década de sessenta a mais penalizante em termos de perda de população: variaram entre 27,4% na Beira Interior Norte e os 18,8% nas mais meridionais juntas com o Douro. Esta e a Serra da Estrela tiveram uma ligeira recuperação entre 1970 e 1981, mas a tendência de descida manteve-se até 2001.

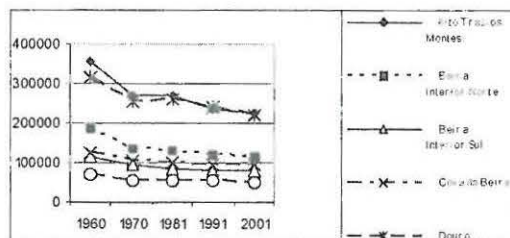


Figura 1
Variação da população residente nas sub-regiões do Interior Centro e Norte de Portugal, entre 1960 e 2001 (Fonte: INE).

Em simultâneo, a população destas sub-regiões assiste ao seu envelhecimento progressivo. O aumento dos idosos e a diminuição dos jovens é uma regra comum a todas elas, apenas diferem na data em que o número de idosos ultrapassa o dos jovens, ou seja, em que o índice de envelhecimento é superior a 100: na Beira Interior Sul acontece na década de 70, na Beira Interior Norte, na de 80, na Serra da Estrela e na Cova da Beira, no início de 90 e em Alto Trás-os-Montes e no Douro, por meados da década de 90 (Figuras 2 e 3).

Data do máximo e do mínimo populacional ao nível concelhio

Um dos modos de detectar a variação da população nas áreas rurais, ao longo destas últimas

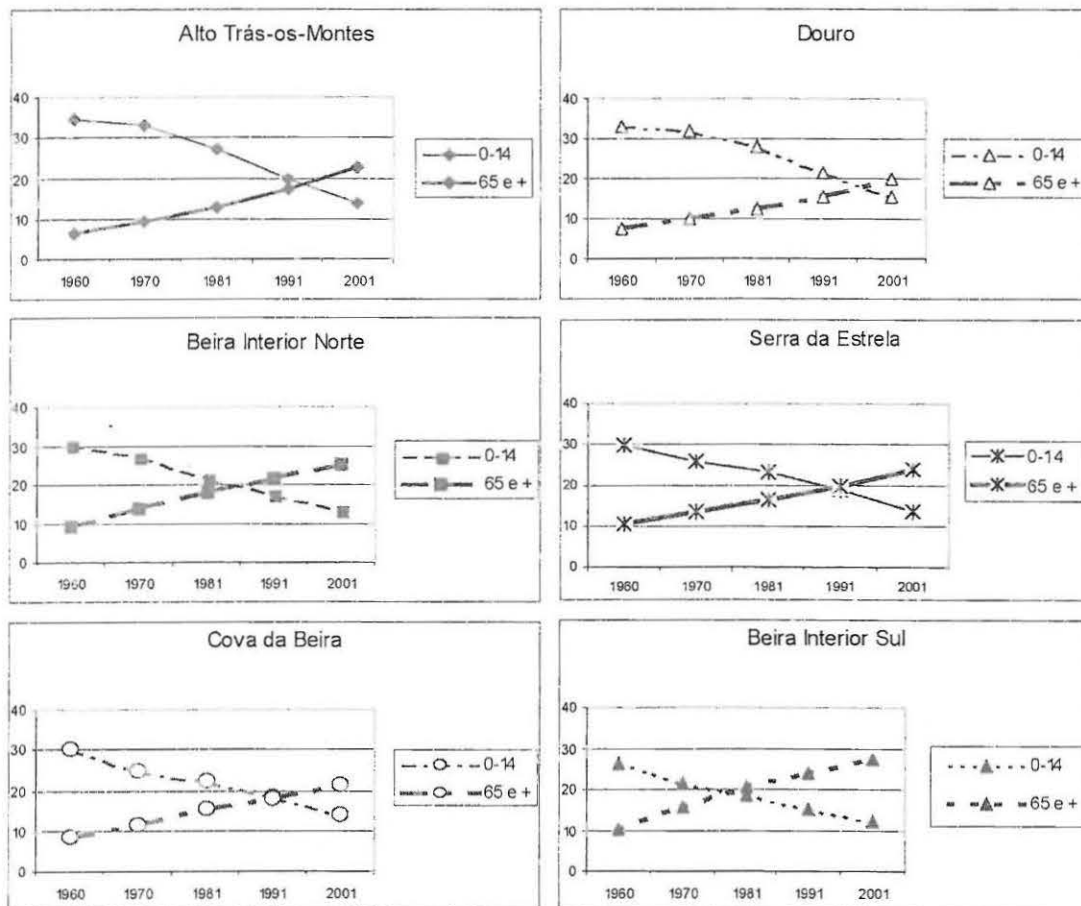


Figura 2
Variação da população jovem e idosa nas sub-regiões do Interior Centro e Norte, entre 1960 e 2001 (Fonte INE).

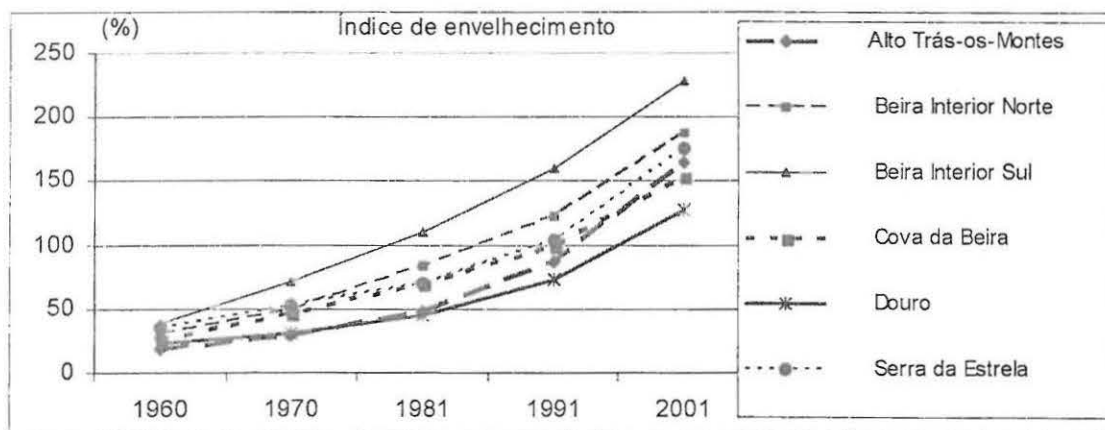


Figura 3
Variação do índice de envelhecimento entre 1960 e 2001, nas sub-regiões do Interior Centro e Norte de Portugal (Fonte: INE).

décadas, pode basear-se na análise da data em que foram registados quer o máximo quer o mínimo de população nas respectivas freguesias. Assim se pode dar conta da capacidade atractiva ou repulsiva dessas freguesias ora pela manutenção ou não dos seus naturais, ora pela entrada ou não de forasteiros, isto, claro, sem entrar em consideração com o respectivo saldo natural que, como se disse, tem vindo a diminuir progressivamente desde meados do século passado.

Dos doze concelhos analisados (Quadro I), verifica-se que o mínimo de população foi registado, na maior parte das freguesias (média de 71%), no censo de 2001.

Porém, há diferenças nítidas entre alguns dos municípios. Enquanto em Sabugal, Alijó, Castelo Branco e Santa Marta de Penaguião mais de 80% das suas freguesias apresentam o mínimo nesse censo, em Vila Real e Covilhã apenas cerca de metade das freguesias tiveram o seu mínimo na mesma data. Os outros municípios apresentam valores intermédios, ou seja, entre 60 e 75%.

Mas nos censos de 1970 e de 1991 já houve um número significativo de freguesias a registarem o mínimo de população, média de cerca de 11% e 9%, respectivamente. Para a criação desta situação, não se pode deixar de salientar a importância que teve o êxodo rural da década de sessenta, quer para o estrangeiro quer para os meios urbanos litorais, assim como o efeito da baixa de natalidade e da saída para

os meios urbanos maiores, tanto litorais como interiores, acentuados na década de oitenta e prolongados pela de noventa.

Quanto ao máximo de população ela verifica-se, em maioria, no censo de 1950, com uma média de 57% das freguesias. No entanto, um número muito significativo de freguesias tem o seu máximo no ano de 1960, média de 25,4%. Ao nível dos municípios, há dois que têm o seu máximo em 1960 - Chaves e Covilhã.

A distribuição dos máximos é, assim, mais difusa do que a dos mínimos. Com excepção de Sabugal e Guarda, com percentagens superiores a 80% no censo de 1950 e, ainda, Mirandela, Santa Marta de Penaguião e Castelo Branco com mais de dois terços das freguesias com o máximo neste censo, há aqueles que rondam os valores de 50% - Bragança, Chaves, Fundão e Alijó - ou que são bem inferiores, como Vila Real e Covilhã.

Principalmente a distribuição dos máximos de população alcançados pelas freguesias parece demonstrar as diferentes dinâmicas económicas sofridas por estes municípios que serviram de amostra. O contraste é bem nítido entre Guarda e Sabugal, por um lado, e Vila Real e Covilhã, pelo outro. Os primeiros sem grande diversificação na oferta de trabalho às populações rurais e os segundos, por serem mais industrializados e, por que não, pela dinâmica social e até económica trazida pela instalação das respectivas universidades, e daí as melhores capacidades de manutenção da população rural em muitas das suas freguesias.

Quadro I

Número de freguesias que atingiu o seu mínimo e máximo de população, por censo, em percentagem do total de freguesias de cada município.

	Mínimo (%)						Máximo (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Bragança	4,1	2,0	6,1	2,0	10,2	75,5	46,9	42,9	2,0	2,0	0,0	6,1
Castelo Branco	4,0	0,0	8,0	0,0	4,0	84,0	68,0	16,0	0,0	4,0	4,0	8,0
Chaves	2,0	0,0	11,8	2,0	23,5	60,8	29,4	52,9	3,9	3,9	0,0	9,8
Covilhã	3,3	0,0	10,0	13,3	20,0	53,3	30,0	40,0	6,7	3,3	10,0	10,0
Fundão	0,0	0,0	12,9	6,5	9,7	71,0	51,6	29,0	3,2	0,0	6,5	9,7
Guarda	0,0	1,8	12,7	5,5	12,7	67,3	80,0	9,1	1,8	1,8	1,8	5,5
Mirandela	2,7	2,7	18,9	0,0	5,4	70,3	70,3	16,2	5,4	2,7	0,0	5,4
Seia	6,9	0,0	10,3	6,9	3,4	72,4	65,5	13,8	6,9	6,9	3,4	3,4
Vila Real	10,0	10,0	20,0	0,0	10,0	50,0	30,0	23,3	13,3	0,0	10,0	23,3
Alijó	0,0	0,0	10,5	0,0	5,3	84,2	52,6	42,1	0,0	0,0	5,3	0,0
Sabugal	0,0	0,0	2,5	7,5	2,5	87,5	90,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sta Marta Penaguião	0,0	0,0	10,0	10,0	0,0	80,0	70,0	10,0	20,0	0,0	0,0	0,0
Média	2,7	1,4	11,2	4,5	8,9	71,4	57,0	25,4	5,3	2,1	3,4	6,8

População das freguesias rurais

A determinação daquilo que se pode considerar como freguesia rural foi baseada num critério meramente posicional da população, abstraindo-nos das dinâmicas sociais por que tem passado e que, apesar de habitar um espaço rural, se pode dedicar a outras actividades que não rurais, no sentido tradicional do termo. Assim, e à imagem de outros autores (e.g. BALTAZAR, 2002), considerou-se rural uma freguesia que não fizesse parte da sede do concelho.

A manifestação dos mínimos de população na maior parte das freguesias destes municípios em 2001 é o resultado da deslocação, ou mesmo desaparecimento, de pessoas fundamentalmente das povoações mais rurais. A população rural vai sofrendo, mais intensa ou menos intensamente, um decréscimo progressivo ao longo das cinco décadas analisadas (Figura 4).

Como era de esperar, essa diminuição, apesar de constante na maioria dos municípios, não é uniforme. A maior quebra verifica-se na década de sessenta, a da emigração em massa para o estrangeiro. Sabugal é o exemplo mais flagrante, já que a sua população rural se reduziu quase a metade, em apenas uma década.

Casos bem diferentes são os de Covilhã e Vila Real onde a população rural se tem mantido mais ou menos estabilizada nas últimas três décadas e de Santa Marta de Penaguião que, depois de ter diminuído bastante entre 1970 e 1981, chegou mesmo a registar um aumento significativo entre 1981 e 1991.

A análise da população destes municípios, durante as décadas em apreço, discriminando-a por população rural e urbana, para além da total, permite discernir grupos de municípios com comportamentos diferenciados. Assim, a maioria daqueles onde está sedeada uma capital de distrito, como é o caso de Guarda, Bragança e Castelo Branco, registaram uma diminuição da população total até 1970 e, depois disso, uma estabilização ou mesmo um ligeiro aumento na última década (Figura 5). A população rural esteve sempre a descer com um máximo de intensidade entre 1960 e 1970. Pelo contrário, a população urbana tem vindo sempre a aumentar e suplantou mesmo a rural em 1991, ou imediatamente após.

O outro município com sede de distrito, Vila Real, tem um comportamento ímpar que o destaca dos demais (Figura 6). É o único onde a população total aumentou entre 1950 e 2001, mas onde, simultaneamente, a população rural pouco diminuiu, aparentando uma estabilidade a partir de 1970. É uma população rural com uma "razoável representatividade, em termos locais e nacionais, dos produtores e da população agrícola" (MARQUES, 2004).

Já a população urbana tem sofrido um contínuo e ligeiro aumento, atendendo a que se trata, juntamente com Guarda e Covilhã, de uma "área urbana tendencialmente dinâmica" (*ibidem*).

Outro grupo é constituído pelos concelhos de Chaves, Mirandela, Fundão e Seia.

A sua população total sofreu uma diminuição até 1970, mas a partir desse censo tem-se registado uma certa estabilização (Figura 7). Já a população rural tem regredido sempre, embora ultimamente a um ritmo mais lento. Pelo contrário, a população urbana tem aumentado ora de um modo incipiente ora mais nitidamente nas últimas décadas, mas de um modo que, no máximo, apenas serve para compensar as perdas da população rural.

Outro grupo define os municípios inteiramente rurais que se têm caracterizado por uma perda populacional em toda a linha, ou seja, forte diminuição da população rural e mais suave decréscimo da urbana. Claro que a população total regrediu fortemente, em especial na década de sessenta. São os municípios mais problemáticos em termos de esvaziamento populacional. Constituem este grupo os municípios de Sabugal, Alijó e Santa Marta de Penaguião (Figura 8).

O caso particular da Covilhã, manifesta os condicionalismos de um município muito ligado às actividades económicas do sector secundário e às vicissitudes por que esta tem passado nas últimas décadas. Isso reflecte-se na evolução da população, com o facto de a população total ter descido desde 1960 e a urbana ter aumentado até 1970, mas ter diminuído desde essa data (Figura 9). A população rural estabilizou a partir de 1970 depois de uma forte descida nos anos sessenta, à imagem do que aconteceu com todos os outros municípios.

Grau de concentração da população

A diferença de comportamento entre estes municípios no intervalo do último meio século pode ser apreciado através do grau de concentração relativa da população em determinadas freguesias, especialmente as que incluem ou estão incluídas nos principais centros populacionais de cada município, em regra a sede administrativa. É que a população rural muitas vezes não emigra do município, mas desloca-se para o centro urbano mais próximo onde a possibilidade de emprego é mais viável e a oferta de todo o conjunto de bens considerados necessários é maior. Estas conclusões podem ser tiradas a partir dos gráficos da ordenação decrescente da população das freguesias, em percentagem do total municipal (Figuras 10 a 13).

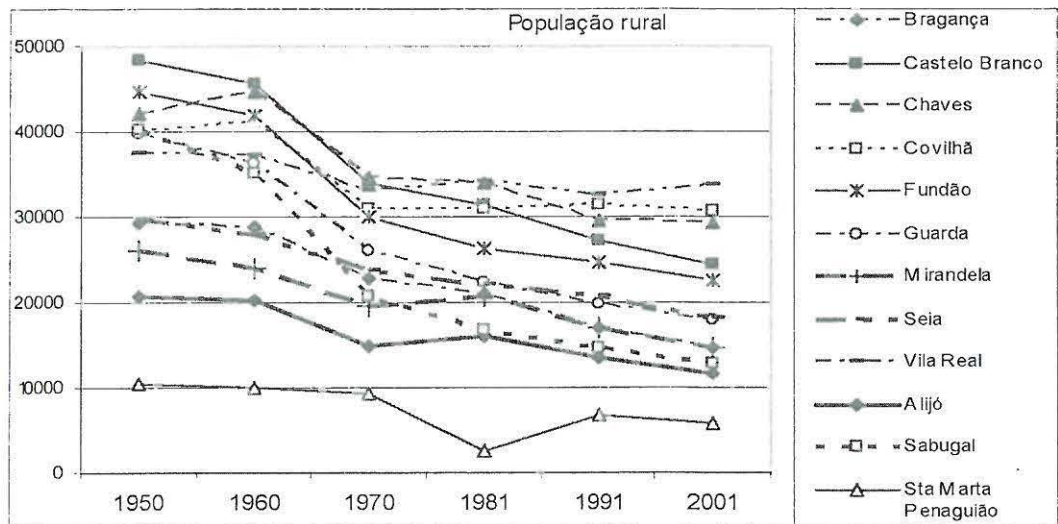


Figura 4
Variação da população das freguesias rurais entre 1950 e 2001, em 12 municípios do Interior Centro e Norte de Portugal (Fonte: INE).

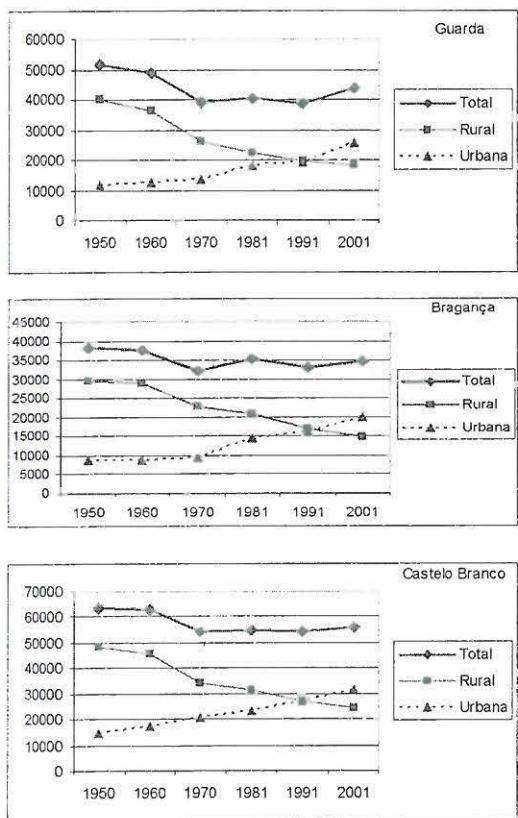


Figura 5
Variação da população nos municípios de Guarda, Bragança e Castelo Branco, entre 1950 e 2001. (Fonte INE).

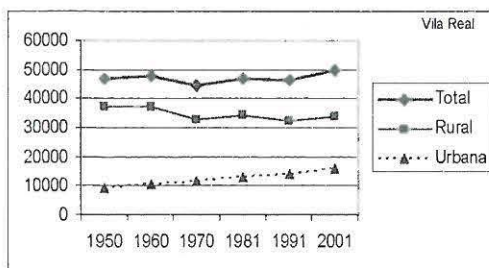


Figura 6
Variação da população do município de Vila Real, entre 1950 e 2001 (Fonte INE).

Em boa parte dos municípios acentuou-se drasticamente uma macrocefalia populacional (ou centripetividade, PINA, 2007), reflectida pelo aumento percentual de população da freguesia, ou freguesias, da sede concelhia, acompanhado pelo tendencial esvaziamento das freguesias rurais (Figura 10). É o caso de Bragança, Guarda, Castelo Branco, Mirandela, Fundão e Seia. Neste intervalo de tempo, as freguesias da sede viram o seu peso populacional relativo aumentar entre duas a quatro vezes, em cinquenta anos. Guarda e Castelo Branco são os casos mais flagrantes pois que as freguesias citadinas concentram 59% e 57%, respectivamente, da população do município.

Chaves é um outro caso de macrocefalia, mas com alguma manifestação já em 1950 e 1960 (Figura 11), tendo-se acentuado posteriormente.

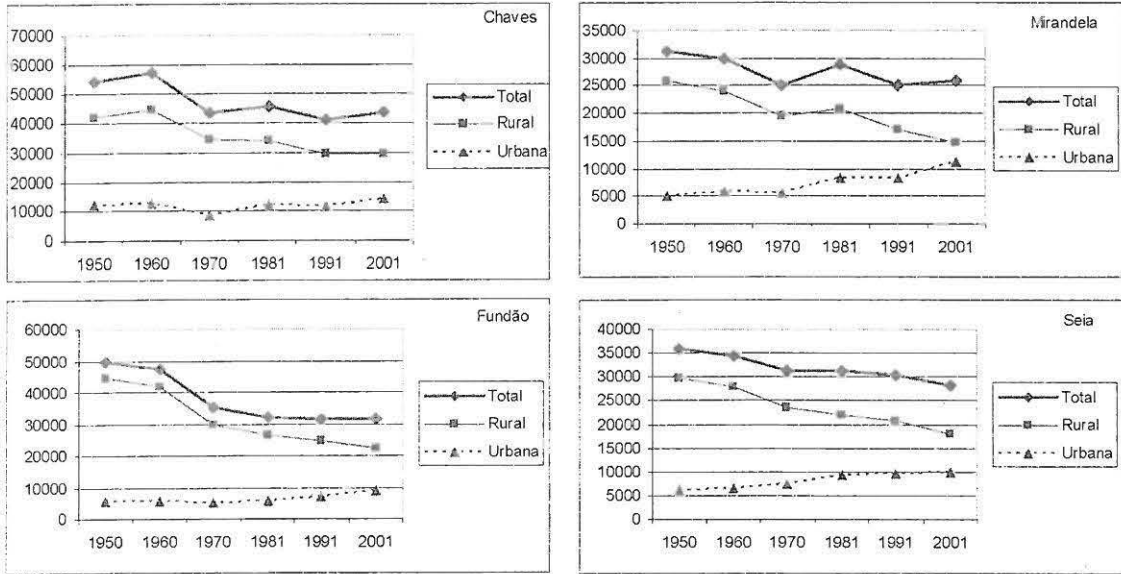


Figura 7
Variação da população do município de Chaves, Mirandela, Fundão e Seia, entre 1950 e 2001. (Fonte INE).

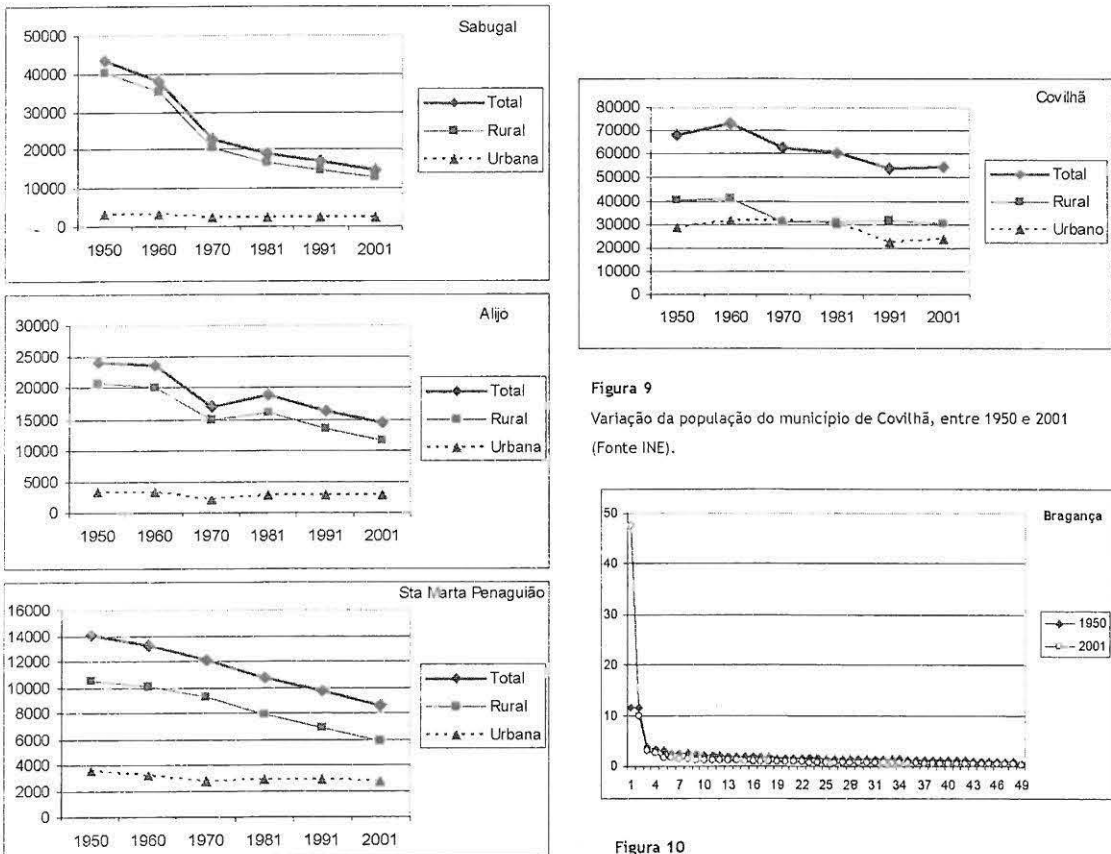


Figura 8
Variação da população do município de Sabugal, Alijó e Santa Marta Penaguão, entre 1950 e 2001 (Fonte INE).

Figura 9
Variação da população do município de Covilhã, entre 1950 e 2001 (Fonte INE).

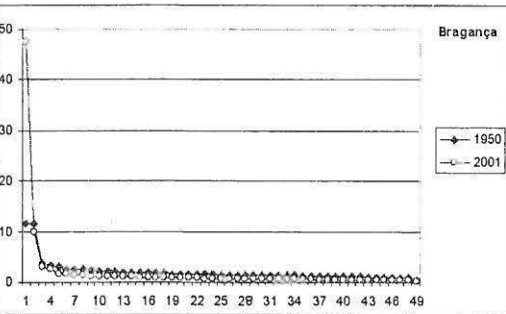


Figura 10
Ordenação decrescente da população, em percentagem, das freguesias de Bragança, para os anos de 1950 e 2001 (Fonte: INE).

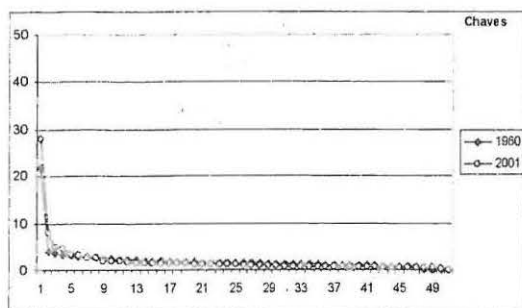


Figura 11
Ordenação decrescente da população das freguesias de Chaves, em percentagem, para os anos de 1960 e 2001 (Fonte: INE).

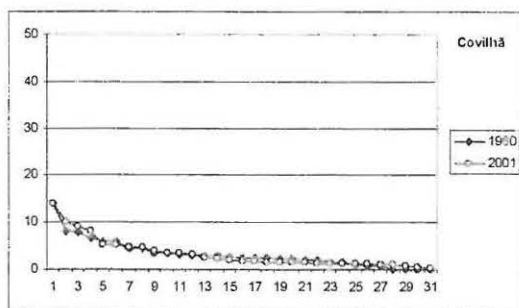


Figura 13
Ordenação decrescente da população das freguesias da Covilhã, em percentagem, para os anos de 1960 e 2001 (Fonte: INE).

Com tendências centrípetas mais suaves estão os municípios de Sabugal, de Aljô e de Vila Real, com máximos das freguesias da sede a variarem entre 15 e 20%. Nos dois primeiros casos decerto pela fraca capacidade atractiva destas pequenas vilas, mas no caso de Vila Real (Figura 12) parece residir na maior capacidade de manutenção da população pelas várias freguesias do município. Como vimos, é o único município, dos analisados, que registou um aumento da população neste meio século, porém, esse aumento não foi só à custa das freguesias citadinas, mas também de outras do espaço rural.

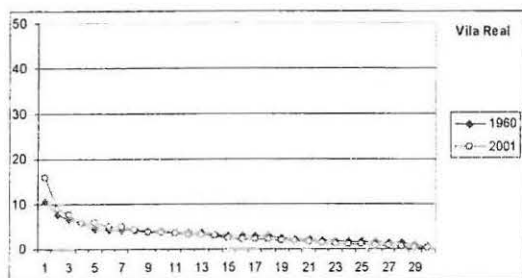


Figura 12
Ordenação decrescente da população das freguesias de Vila Real, em percentagem, para os anos de 1960 e 2001 (Fonte: INE).

No caso dos municípios da Covilhã (Figura 13) e de Santa Marta de Penaguião, a variação populacional mostra mesmo uma tendência para a desconcentração, já que, além de se manter o peso relativo da freguesia mais populosa, há a aproximação de algumas freguesias em termos da sua importância relativa. No caso da Covilhã é mais evidente que a desconcentração se deveu a uma proliferação de população urbana por freguesias próximas das da cidade, ou seja, uma certa difusão da urbanização.

Variação espacial da população

Quando se observam as freguesias inseridas no espaço, é interessante verificar quão importante é o seu posicionamento, em especial em relação com a sede do município e qual o seu reflexo no grau de evolução da população no período em análise. Em alguns casos, nota-se serem outros os potenciais factores de desenvolvimento a influenciarem aquela evolução. Por regra, o maior afastamento dos centros urbanos leva a uma maior perda de população. Porém, apesar deste denominador comum, pode dizer-se que cada município é um caso particular de dinâmica populacional.

No caso do município de Bragança, um pouco à imagem do que se passa com a Guarda e Castelo Branco, há a apontar que a generalidade das freguesias sofreu uma diminuição acentuada da população. Mas foram sobretudo as rurais e mais periféricas que mais contabilizaram para essa descida (Figura 14). É nítida a disposição em faixas gradativas, mais ou menos concêntricas, em torno de Bragança. Poucas aumentaram e estas estão localizadas naquele centro, com excepção de Santa Comba de Rossas, porventura na sequência da melhoria da acessibilidade, decorrente da sua posição relativamente ao IP4.

Em Vila Real é menos nítida a concentração populacional nas freguesias urbanas, havendo mesmo uma delas que sofreu significativa diminuição (S. Pedro). A distribuição em faixas gradativas desvanece-se, já que nem todas as freguesias mais afastadas do centro mostram as maiores reduções e há um número razoável de freguesias com aumento de população, entre 1950 e 2001 (Figura 15). Tal como no outro concelho com um comportamento semelhante, Covilhã, é nas áreas serranas que a perda populacional é mais intensa.

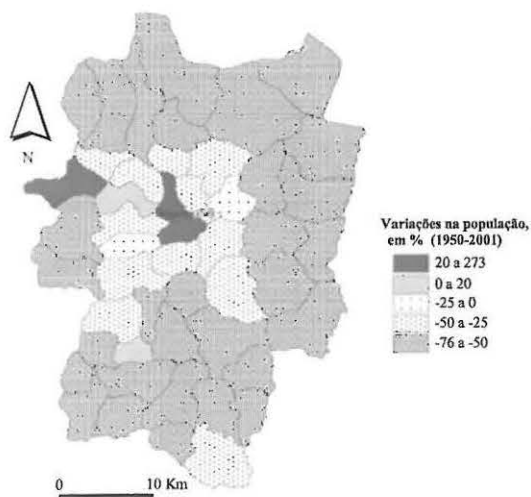


Figura 14
Variação da população, em percentagem, das freguesias de Bragança, entre 1950 e 2001 (Fonte: INE).

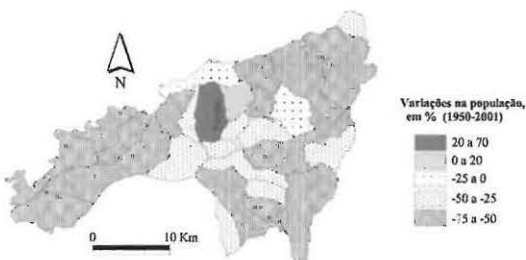


Figura 16
Variação da população, em percentagem, das freguesias do Fundão, entre 1950 e 2001. (Fonte: INE).

No Sabugal está sintetizado aquilo por que têm passado os concelhos rurais do interior do país, ou seja, uma generalizada perda de população que é forte na maioria das freguesias e apenas mais ligeira nas freguesias urbanas ou próximas da sede (Figura 17).

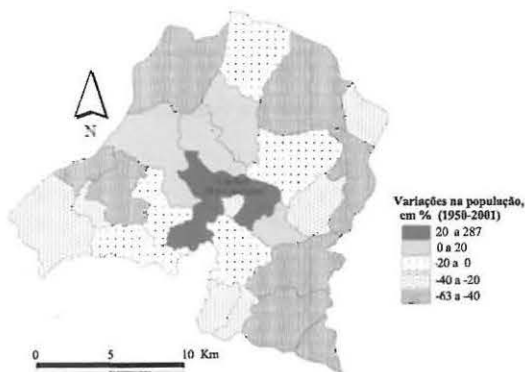


Figura 15
Variação da população, em percentagem, das freguesias de Vila Real, entre 1950 e 2001 (Fonte: INE).

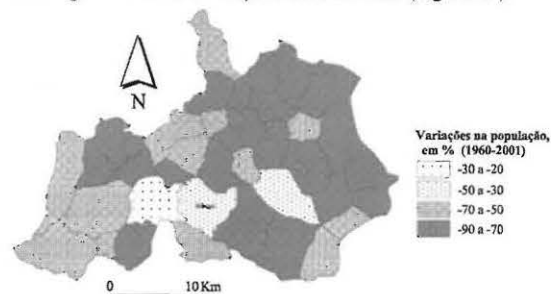


Figura 17
Variação da população, em percentagem, das freguesias do Sabugal, entre 1950 e 2001 (Fonte: INE).

O concelho do Fundão reflecte uma variação populacional algo semelhante ao dos concelhos com sede de distrito, ou seja acréscimos nas freguesias urbanas ou adjacentes à cidade, mas sem uma nítida disposição em faixas (Figura 16). Apesar das suas vicissitudes próprias, Mirandela, Chaves e Seia, outras cidades intermédias, têm polarizações algo semelhantes. Mesmo com algum sucesso da produção da cereja² um pouco por todas as freguesias da vertente norte da Serra da Gardunha,

² Com mais de 80% da área e da produção de cereja da Beira Interior, que por sua vez ocupa 40% da respectiva área do Continente e mais de 50% da produção, o município do Fundão tem apresentado os maiores rendimentos na produção deste fruto no país, cerca de 3,7 t/ha, contra 2,6 t/ha no continente. Outra referência a salientar é que a Cova da Beira é a

A população agrícola

Como sempre aconteceu, nem toda a população activa que habita num espaço rural tem como actividade principal ou exclusiva a agricultura. Isso torna-se tanto mais vincado quanto a melhoria das acessibilidades tem permitido deslocações pendulares a distâncias ano após ano maiores. Decorre disto, portanto, que a população agrícola é cada vez mais uma fracção tendencialmente menor da população única região do país que tem Indicação Geográfica). Protegida, o que lhe dá uma garantia de qualidade e de especificidade no fruto produzido. Os últimos dados referentes a 2005 apontam para uma tendência na subida dos preços em todos os estádios da fileira, pelo menos nos 5 anos anteriores o que tem gerado um bom rendimento aos produtores (MADRP, 2007

rural. Neste sentido, o esvaziamento dos campos é ainda mais acentuado do que aquele que é o reflexo da diminuição da população rural concelhia.

Tomando em linha de conta apenas os dados referentes ao período entre 1979 e 1999, com base nos respectivos Recenseamentos Gerais da Agricultura, e abrangendo agora a totalidade dos concelhos das sub-regiões do interior Centro e Norte, é possível constatar que a diminuição da população dedicada às actividades agrícolas foi ainda mais acentuada do que a população rural no seu conjunto (média de -65%). Dentro das classes consideradas, salienta-se a de menos de 25 anos cuja diminuição alcançou quase os cem por cento (média de -

99,4%). Ou seja, praticamente deixou de haver jovens na agricultura, esta não mostrou a mínima atractividade para eles. Deixa antever, também, um futuro com ainda maior escassez de gente nos campos.

Nas classes dos adultos, 25-55 e 55-65 anos, também se registou uma importante diminuição (-72% e -53%, respectivamente). Mas, mesmo os agricultores idosos viram o seu número decrescer (-17,2%), apesar do peso cada vez maior que têm no conjunto das pessoas que continuam a dedicar-se às práticas agrícolas.

À escala concelhia, os valores não divergem muito, pelo menos nas classes etárias mais novas (Figura 18). Mesão Frio, com -97,3% é o concelho com menor decréscimo

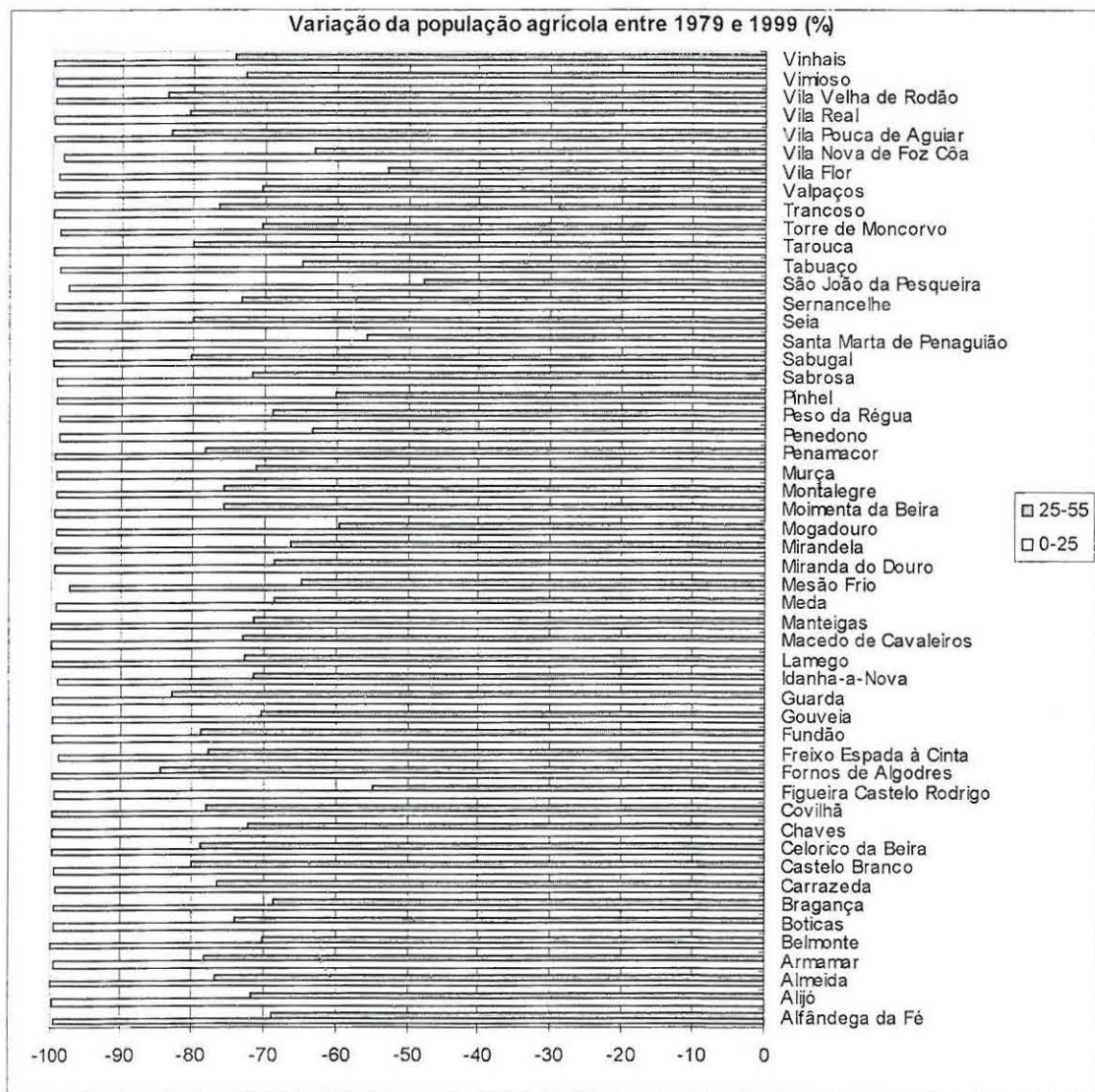


Figura 18
Variação da população agrícola, das classes 0-25 e 25-55 anos, entre 1979 e 1999 (Fonte: RGA, INE).

para os jovens, não deixando, no entanto, de ser extremamente elevado. A classe seguinte já apresenta valores mais variados, com o máximo de -84% em Fornos de Algodres e o mínimo de -48% em S. João da Pesqueira.

Nas classes mais idosas a variabilidade de valores é mais acentuada, chegando alguns concelhos a apresentar variações positivas na classe de mais de 65 anos (Figura 19). O mínimo de diminuição na classe dos 55-65 anos registou-se em Freixo de Espada à Cinta (-19%); enquanto o máximo se verificou no

Sabugal com cerca de -73%. Para os mais idosos é de novo Fornos de Algodres o concelho a sofrer maior razia (-60%), enquanto Santa Marta de Penaguião vê o maior aumento de velhos agricultores, com mais 70%.

Verifica-se que os menores abandonos desta actividade andam associados aos concelhos do Vale do Douro, por regra produtores de Vinho do Porto. Esta produção ainda parece segurar muitos agricultores que vêem nela uma boa fonte de rendimento ou, pelo menos, uma garantia de trabalho.

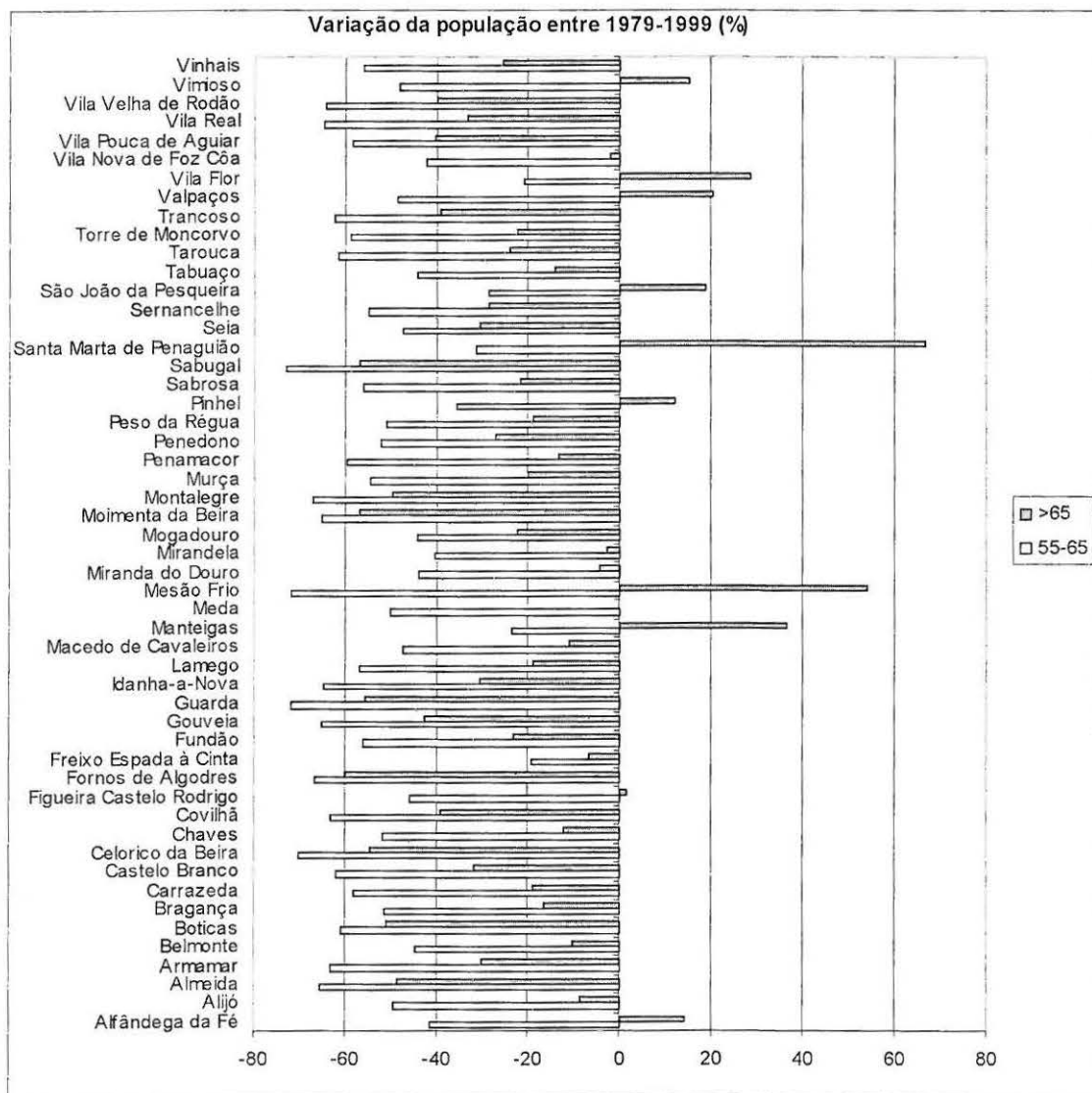


Figura 19

Variação da população agrícola, para as classes 55-65 e > 65 anos, entre 1979 e 1999 (Fonte: RGA, INE).

Conclusão

O comportamento demográfico dos vários concelhos objectos de amostra, durante o último meio século, permite salientar alguns aspectos que são ora comuns ora divergentes, não obstante a acentuada interioridade, à escala do nosso país, que os caracteriza.

Nos aspectos comuns, salienta-se, em primeiro lugar, a diminuição generalizada, em maior ou menor grau, da sua população total, com excepção para Vila Real. Em segundo, o despovoamento das freguesias rurais, com cada vez menos agricultores, em progressivo envelhecimento e sem perspectivas de virem a ser substituídos por jovens que, por sua vez, praticamente deixaram de se dedicar a essa actividade. Em terceiro, um acentuar do peso relativo da população urbana.

Os aspectos diferenciadores permitem agrupar os concelhos por tipos.

Um deles é o dos que albergam uma capital de distrito, casos de Guarda, Bragança e Castelo Branco. A concentração da população nas freguesias urbanas é máxima, de tal modo que ultrapassa mesmo toda a rural. Há uma tendência para a estabilização da população total a partir de 1970.

A outra capital de distrito, Vila Real, está num concelho onde, juntamente com o da Covilhã, a concentração da população é muito menos nítida podendo registar-se mesmo um acréscimo em algumas freguesias rurais. São concelhos com uma dinâmica económica importante, mas não concentrada apenas na sua sede, já que a população rural tem mantido uma certa estabilização nas últimas três décadas.

Outro grupo é constituído pelos concelhos com cidades de segundo plano, a esta escala, cujo comportamento é semelhante aos das capitais de distrito, mas onde a população urbana ainda não suplantou a rural e, assim, a macrocefalia não é tão vincada.

Finalmente os restantes concelhos, essencialmente rurais e que poderão ser vistos como o espelho da grande maioria dos concelhos da região Interior Centro e Norte do país, que continuam a perder boa parte da população, mesmo a urbana e, por via disso a macrocefalia é pouco importante ou pouco se nota. Em regra, o máximo populacional foi atingido em 1950 e o mínimo em 2001.

Referências bibliográficas

- BALTAR, A. J. A (2002) - *Beira Interior Norte: população e povoamento numa região periférica*. FLUC, Coimbra (tese de mestrado).
- CAVACO, Carminda et al. (1994) - *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*, Lisboa, Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, DGDR.
- FERRÃO, João (2005) - "Dinâmicas demográficas: uma visão panorâmica", In MEDEIROS, C. Alberto (dir.) - *Geografia de Portugal, 2. Sociedade, paisagens e cidadanias*. Círculo de Leitores, pp. 50-71.
- MADRP (2007) - *Cereja*. Relatório do GPP (Gabinete de Planeamento e Políticas), MADRP, 15 p.
- MAGALHÃES, M. Graça (2003) - "Migrações inter NUTS II e projecções regionais de população residente", *Revista de Estudos Demográficos*, 34, Lisboa, INE, pp. 61-271.
- MARQUES, T. Sá (2004) - *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*. Afrontamento.
- PINA, M. Helena (2007) - *O Alto Douro. Um espaço contrastante em mutação*. 4 vol. Lisboa, INCM.
- <http://www.gppaa.mingricultura.pt/pbl/diagnosticos/subfiteiras/Cereja.pdf>.